



	<p>PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA <b>José Eduardo Ciotola Gussem</b></p> <p>CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO <b>Luciana Sapha Silveira</b></p>
<p><b>PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA</b></p> <p>SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO <i>Eduardo da Silva Lima Neto</i></p> <p>SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL <i>Lailla Machado Costa</i></p> <p>SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS <i>Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel</i></p> <p>SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CRIMINAIS E DE DIREITOS HUMANOS <i>Fernando Chaves da Costa</i></p> <p>SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEFESA DE PRERROGATIVAS <i>Marfan Martins Vieira</i></p> <p>CHEFIA DE GABINETE <i>Virgílio Panagiotis Stavridis</i></p> <p>CONSULTORIA JURÍDICA <i>Emerson Garcia</i></p> <p>ASSESSORIA EXECUTIVA <i>Mária Luiza Bezerra Cortes Barroso Miranda</i></p> <p>COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA <i>Vera de Souza Leite</i></p> <p>COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA <i>Patricia Mothé Glioche Béze</i></p> <p>COORDENADORIA DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA <i>Elisa Fraga de Rego Monteiro</i></p> <p>CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL <i>Leandro Silva Navega</i></p> <p>OUIDORIA <i>José Roberto Paredes</i></p> <p>SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO <i>Dimitrius Viveiros Gonçalves</i></p> <p>ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL <i>Fernanda Moreira Jorgensen (Assessora-Chefe)</i></p> <p>ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS <i>Inês da Matta Andreiuolo (Assessora-Chefe)</i></p> <p>GRUPO DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CRIMINAL <i>Cláudio Cardoso da Conceição (Coordenador)</i></p> <p>ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CRIMINAIS <i>Orlando Carlos Neves Belém (Assessor-Chefe)</i></p> <p>ASSESSORIA CRIMINAL <i>Antonio Carlos Silva Biscaia (Assessor-Chefe)</i></p> <p>ASSESSORIA DE DIREITOS HUMANOS E DE MINORIAS <i>Eliane de Lima Pereira</i></p> <p>ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEFESA DE PRERROGATIVAS <i>Ertulei Laureano Matos</i></p> <p>ASSESSORIA INTERNACIONAL <i>Humberto Dalla Bernadina de Pinho</i></p> <p>ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES <i>Victoria Siqueiros Soares Le Coq D'Oliveira</i></p>	
<p><b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b></p> <p><b>www.mprj.mp.br</b></p>	

<b>S U M Á R I O</b>	
Procuradoria-Geral de Justiça .....	1
Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração .....	1
Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Criminais e de Direitos Humanos .....	1
Conselho Superior do Ministério Público .....	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos .....	3

## Procuradoria-Geral de Justiça

<b>ATOS DO PROCURADOR-GERAL</b>
<b>DE 08.08.2018</b>
Indica a Promotora de Justiça <b>GABRIELA BRANDT DE OLIVEIRA</b> para atuar na 93ª Promotoria Eleitoral, Comarca de Barra do Pirai, no período de 07 a 13 de agosto de 2018, em razão da licença para tratamento de saúde da Promotora de Justiça titular.
Indica o Promotor de Justiça Substituto <b>MATHEUS GABRIEL DOS REIS REZENDE</b> para atuar na 112ª Promotoria Eleitoral - Comarca de Miracema/Laje do Muriae, no período de 07 a 14 de agosto de 2018, em razão de licença por luto do Promotor de Justiça titular.
Cessa a indicação do Promotor de Justiça em atuação na 21ª Promotoria Eleitoral - Olaria, Comarca da Capital, para prosseguir oficiando nos procedimentos e notícias de fatos elencados no feito MPRJ 2018.00089292, a partir de 1º de julho de 2018 (MPRJ 2018.00089292).
<b>DE 09.08.2018</b>
Designa a Procuradora de Justiça <b>KATIA AGUIAR MARQUES SELLES PORTO</b> para atuar na 3ª Procuradoria de Justiça junto à 7ª Câmara Criminal e 4º Grupo de Câmaras, no período de 08 a 31 de agosto de 2018, em razão da licença por motivo de doença em pessoa da família da Procuradora de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.
Designa o Promotor de Justiça <b>JOÃO LUIZ FERREIRA DE AZEVEDO FILHO</b> para atuar na Promotoria de Justiça Cível de Vassouras, no período de 08 a 31 de agosto de 2018, em razão de licença para tratamento de saúde da Promotora de Justiça designada, sem prejuízo de suas demais atribuições.
Cessa a designação do Promotor de Justiça <b>ÂNGELO JOAQUIM GOUVEA NETO</b> para atuar na 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Nova Friburgo, no período de 09 a 31 de agosto de 2018.
Designa a Promotora de Justiça Substituta <b>ÉRIKA CONCEIÇÃO LOPES PINTO</b> para prestar auxílio à Promotoria de Justiça de Carapebus / Quissamã, nos dias 20 e 21 de agosto de 2018, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa a Promotora de Justiça **DANIELA FARIA TAVARES** para atuar na 4ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital, no período de 22 a 24 de agosto de 2018, em razão do afastamento do Promotor de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições e sem ônus para o Ministério Público (MPRJ 2018.00767805).

Designa o Promotor de Justiça em atuação na 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaperuna para prosseguir oficiando no IC 175/17, em razão do decidido na reunião de 28 de junho de 2018 pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, sem prejuízo de suas demais atribuições (MPRJ 2017.01009218).

Promove, a pedido, pelo critério de merecimento, com eficácia a contar de 09 de agosto de 2018, de acordo com o artigo 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o Promotor de Justiça Substituto **MARCELO WINTER GOMES**, do Quadro Permanente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Promotor de Justiça do mesmo Quadro, em vaga resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ 2.205, de 11 de maio de 2018 (Proc. nº MPRJ- SCOC - 42205/2018).

Promove, a pedido, pelo critério de merecimento, com eficácia a contar de 09 de agosto de 2018, de acordo com o artigo 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, a Promotora de Justiça Substituta **CAROLINA MAGALHÃES DO NASCIMENTO**, do Quadro Permanente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Promotor de Justiça do mesmo Quadro, em vaga resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.203, de 27 de abril de 2018 (Proc. nº MPRJ- SCOC - 42202/2018).

Promove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 09 de agosto de 2018, de acordo com o artigo 10, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, a Promotora de Justiça Substituta **GISELLE GUIMARÃES GIOVANNONI GRIZOTTI**, do Quadro Permanente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Promotor de Justiça do mesmo Quadro, em vaga resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.205, de 11 de maio de 2018 (Proc. nº MPRJ- SCOC - 42200/2018).

Lota, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, o Promotor de Justiça **MARCELO WINTER GOMES** na Promotoria de Justiça Criminal de São Fidélis, em virtude da remoção do Dr. Lucas Fernandes Bernardes (Proc. nº MPRJ SCOC - 42205/2018).

Lota, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, a Promotora de Justiça **CAROLINA MAGALHÃES DO NASCIMENTO** na Promotoria de Justiça de Paraty, em virtude da remoção do Dr. Rafael Thomas Schinner (Proc. nº MPRJ SCOC - 42202/2018).

Lota, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, a Promotora de Justiça **GISELLE GUIMARÃES GIOVANNONI GRIZOTTI** na 2ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes, em virtude da remoção do Dr. Marco Antonio Santos Reis (Proc. nº MPRJ SCOC - 42200/2018).

Remove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, o Promotor de Justiça **MICHEL QUEIROZ ZOUCAS** da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Rio das Ostras para a 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Barra Mansa, em vaga decorrente da remoção da Promotora de Justiça Luciana Soares Rodrigues (Proc. nº MPRJ- SCOC - 42204/2018).

Remove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, o Promotor de Justiça **MARIO JESSEN LAVAREDA** da 1ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes para a 77ª Promotoria de Justiça de Região Especial, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.232, de 27 de julho de 2018 (Proc. nº MPRJ- SCOC - 42198/2018).

Remove, a pedido, pelo critério de merecimento, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, a Promotora de Justiça **CAROLINA MAGALHÃES DO NASCIMENTO** da Promotoria de Justiça de Paraty para a 78ª Promotoria de Justiça de Região Especial, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.232, de 27 de julho de 2018.

Remove, a pedido, pelo critério de antiguidade, com eficácia a contar de 1º de setembro de 2018, a Promotora de Justiça **GISELLE GUIMARÃES GIOVANNONI GRIZOTTI** da 2ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes para a 79ª Promotoria de Justiça de Região Especial, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.232, de 27 de julho de 2018.

Designa, com eficácia a contar de 06 de agosto de 2018, **LUCIANA MARI-NHO COPPOLÉCCHIO**, matrícula nº 8472, para prestar assessoramento ao Centro de Apoio Administrativo e Institucional dos Procuradores de Justiça, fazendo cessar os efeitos do ato publicado no Diário Oficial de 28 de maio de 2018, que a designou para prestar assessoramento à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas.

### DESPACHOS DO PROCURADOR-GERAL

#### DE 08.08.2018

Processo nº MP-2018.00745611 - GAECO - Cesso o auxílio.

Processo nº MP-2018.00768131 - GAEDUC - Cesso o auxílio.

### APOSTILA DO PROCURADOR-GERAL

#### DE 09.08.2018

Tendo em vista o que consta dos Processos MPRJ nº 2017.00403179 e 2018.00570935, fica alterado o ato que concedeu pensão por morte à Sra. MARIA THERESA CIOTOLA GUSSEM, viúva do Procurador de Justiça inativo JOSÉ IVANIR GUSSEM, matrícula nº 510406, falecido em 17 de abril de 2017, expedido em 17 de maio de 2017 e publicado no Diário Oficial de 18 de maio de 2017, para dele constar a seguinte alteração: onde se lê **nos termos do artigo 14, inciso I, da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, e do artigo 40, § 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U. em 31 de dezembro de 2003, leia-se nos termos do artigo 14, inciso I, da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, e do artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U. em 31 de dezembro de 2003.**

Id: 2124763

### ASSESSORIA EXECUTIVA

#### DESPACHOS DA ASSESSORA

#### DE 08.08.2018

Processo nº MP-2018.00784377 - GAECC - Defiro o auxílio.

#### DE 09.08.2018

Processo nº MP-2018.00774560 - GAECC - Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2018.00737141 - GAECC - Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2018.00774278 - GAECC - Defiro o auxílio.

Processo nº MP-2018.00773202 - GAESF - Defiro o auxílio.

Id: 2124764

## Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração

### ATOS DO SUBPROCURADOR-GERAL

#### DE 09.08.2018

Exonera, a pedido, com eficácia a contar de 10 de agosto de 2018, **SABINA DE OLIVEIRA LUSTMAN XAVIER**, matrícula nº 7611, do cargo em comissão de Assessoramento a Promotoria, símbolo CCA, da estrutura básica da Procuradoria-Geral de Justiça (Processo nº MPRJ-2018.00768462).

Faz cessar, a pedido, com eficácia a contar de 10 de agosto de 2018, os efeitos do ato publicado no Diário Oficial de 29 de janeiro de 2016, que designou **SABINA DE OLIVEIRA LUSTMAN XAVIER**, matrícula nº 7611, para prestar assessoramento direto à Promotoria de Justiça junto ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal de Nova Friburgo (Processo nº MPRJ-2018.00768462).

Nomeia, com eficácia a contar de 10 de agosto de 2018, **REBECA CARDOSO EYER** para exercer o cargo em comissão de Assessoramento a Promotoria, símbolo CCA, da estrutura básica da Procuradoria-Geral de Justiça, em vaga decorrente da exoneração de Sabina de Oliveira Lustman Xavier (Processo nº MPRJ-2018.00768460).

Designa, com eficácia a contar de 10 de agosto de 2018, **REBECA CARDOSO EYER** para prestar assessoramento direto à Promotoria de Justiça junto ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal de Nova Friburgo, na forma prevista na Resolução GPGJ nº 1.600, de 05 de julho de 2010 (Processo nº MPRJ-2018.00768460).

### DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL

#### DE 07.08.2018

Processo nº 2018.00159380 - Ratifico a inexistência da licitação, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Media Training para membros do Ministério Público, no valor estimado de R\$ 275.665,00 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), com base no 0º, 1º c/c art. 13, VI da Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2124765

### SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### ATO DO SECRETÁRIO-GERAL

#### PORTARIA SGMP nº 444

DE 08 DE AGOSTO DE 2018

*Designa os integrantes do Comitê Gestor do Núcleo de Sustentabilidade.*

O **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de redefinir a composição do Comitê Gestor do Núcleo de Sustentabilidade,

#### R E S O L V E

Art. 1º - O Comitê Gestor do Núcleo de Sustentabilidade terá a seguinte composição:  
I - Presidente: Ronaldo Bello Guimarães, Secretário de Logística.  
II - Integrantes: Rafael Pacheco da Silva Costa, Assessor da Secretaria-Geral do Ministério Público; Bernardo Maciel Vieira, Secretário de Tecnologia da Informação e de Comunicação; Maria Fernanda de Andrade Ramos Paiva, Secretária de Engenharia e Arquitetura; Vinicius Marques Sampaio, Diretor de Licitações e Contratos; Mauro da Silva Thomaz, Diretor de Recursos Humanos; Carmem Lúcia Alves da Costa, Diretora do Núcleo de Saúde Ocupacional; Danielle Schlossarek Pinto da Costa, Diretora da Corregedoria-Geral; e Andréa Ramos de Mello, Assessora do Núcleo de Sustentabilidade.

Art. 2º - Os integrantes poderão indicar representantes em suas eventuais ausências.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2018.

Dimitrius Viveiros Gonçalves  
Secretário-Geral do Ministério Público

Id: 2124766

## Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Criminais e de Direitos Humanos

### DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL

#### DE 08.08.2018

Processo do Grupo de Atribuição Originária em Matéria Criminal nº MP-2018.00560105 (Interessado: Andrea de Carvalho Jardim) - Aprovo o parecer e determino o arquivamento destas peças de informação, nos termos do art. 29, VII da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 39, VII, da Lei Complementar Estadual nº 106, de 3 de janeiro de 2003.

Id: 2124767

## Conselho Superior do Ministério Público

### ATA DO CONSELHO SUPERIOR

Ata da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, realizada no dia 26 de julho de 2018, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, situada no 9º andar do Edifício-Sede das Procuradorias de Justiça, localizado na Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos, s/nº, Centro, Rio de Janeiro (RJ), sob a Presidência do Procurador-Geral de Justiça, **JOSÉ EDUARDO CIOTOLA GUSSEM** na apreciação dos itens 1, 2, 3 e 6; do Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais, **SÉRGIO ROBERTO ULHÔA PIMENTEL** na análise dos itens 4, 5.1 e 5.2; do Conselheiro eleito mais antigo na classe, **RICARDO RIBEIRO MARTINS**, no exame do item 5.3; presentes a Corregedora-Geral do Ministério Público, **LUCIANA SAPHIA SILVEIRA**, e os Conselheiros **CLÁUDIO SOARES LOPES**, **MARCELO DALTRIO LEITE**, **LÚCIA RAMOS SERAO**, **ANNA MARIA DI MASI**, **DENNIS ACETI BRASIL FERREIRA**, **CONCEIÇÃO MARIA TAVARES DE OLIVEIRA**, **GALDINO AUGUSTO COELHO BORDALLO** e **SUMAYA THEREZINHA HELAYEL**, a última oficiando como Secretária do Colegiado.

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, situada no 9º andar do edifício-sede das Procuradorias de Justiça, localizado na Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos, s/nº, Centro, Rio de Janeiro, o Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Ciotola Gussem, verificando que havia *quorum* regimental, conforme lista de presença subscrita em apartado, declarou aberta a sessão e submeteu à apreciação dos presentes a ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada no dia doze de julho de dois mil e dezoito, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, com abstenção daqueles que não se encontravam presentes à referida sessão. Na sequência, anunciou o exame do item: **1. CONCURSO DE PROMOÇÃO AO CARGO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA, COM LOTAÇÃO A CONTAR DE 1º DE SETEMBRO DE 2018:** 1.1. Cargo de Procurador de Justiça, em vaga decorrente da aposentadoria da Dra. Elizabeth Machado Carneiro, para lotação na **1ª Procuradoria de Justiça da Região Especial de Procuradores de Justiça** em virtude da remoção do Dr. Dennis Aceti Brasil Ferreira (critério de antiguidade). Foi indicado, por unanimidade, o Dr. Homero das Neves Freitas Filho, tendo o Presidente anunciado sua promoção. Em prosseguimento, passou-se à análise do item **2. CONCURSO DE PROMOÇÃO AO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA, COM LOTAÇÃO A CONTAR DE 1º DE SETEMBRO DE 2018:** 2.1. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.194, de 22 de março de 2018, para lotação na **1ª Promotoria de Justiça Criminal de Angra dos Reis**, em virtude da remoção da Dra. Andréa de Penteado Fava (critério de merecimento). Realizada a votação, foram indicadas para compor a lista, por unanimidade, as Promotoras de Justiça Substitutas Vania Cime Manhães, Bianca Chagas de Macêdo Gonçalves e Raquel Madruga do Nascimento Brito, tendo o Presidente anunciado a promoção da Dra. Vania Cime Manhães; 2.2. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.194, de 22 de março de 2018, para lotação na **1ª Promotoria de Justiça de Itaperuna**, em virtude da remoção do Dr. Uriel Gonzalez Soares Fonseca (critério de antiguidade). Foi indicada, por unanimidade, a Dra. Vanessa Cristina Gonçalves Gonzalez, tendo o Presidente anunciado sua promoção; 2.3. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.200, de 13 de abril de 2018, para lotação na **1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Pádua**, em virtude da remoção da Dra. Mariana Trino de Medeiros (critério de merecimento). Realizada a votação, foram indicados para compor a lista, por unanimidade, os Promotores de Justiça Substitutos Paulo Rabha de Mattos, Mario Jessen Lavareda e Marcelo Winter Gomes, tendo o Presidente anunciado a promoção do Dr. Paulo Rabha de Mattos; 2.4. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.200, de 13 de abril de 2018, para lotação na **1ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes**, em virtude da remoção da Dra. Roberta Gomes da Silva Jorio (critério de antiguidade). Foi indicado, por unanimidade, o Dr. Mario Jessen Lavareda, tendo o Presidente anunciado sua promoção; 2.5. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.200, de 13 de abril de 2018, para lotação na **69ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.222, de 28 de junho de 2018 (critério de merecimento). Foram indicadas para compor a lista, por unanimidade, as Promotoras de Justiça Substitutas Muna Bastos da Rocha, Bárbara Luiza Coutinho do Nascimento e Bianca Chagas de Macêdo Gonçalves, tendo o Presidente anunciado a promoção da Dra. Muna Bastos da Rocha; 2.6. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.203, de 27 de abril de 2018, para lotação na **70ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.222, de 28 de junho de 2018 (critério de antiguidade). Foi indicada, por unanimidade, a Dra. Bárbara Luiza Coutinho do Nascimento, tendo o Presidente anunciado sua promoção; 2.7. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.203, de 27 de abril de 2018, para lotação na **71ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.222, de 28 de junho de 2018 (critério de merecimento). Foram indicados para compor a lista, por unanimidade, os Promotores de Justiça Substitutos Bianca Chagas de Macêdo Gonçalves, Raquel Madruga do Nascimento Brito e Marcelo Winter Gomes, tendo o Presidente anunciado a promoção da Dra. Bianca Chagas de Macêdo Gonçalves; 2.8. Cargo de Promotor de Justiça resultante da transformação determinada pela Resolução GPGJ nº 2.203, de 27 de abril de 2018, para lotação na **72ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.222, de 28 de junho de 2018 (critério de antiguidade). Foi indicada, por unanimidade, a Dra. Raquel Madruga do Nascimento Brito, tendo o Presidente anunciado sua promoção. Em seguida, foi anunciada a apreciação do item **3. CONCURSO DE REMOÇÃO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA, COM VALIDADE A CONTAR DE 1º DE SETEMBRO DE 2018:** 3.1. **9ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital**, em vaga decorrente da promoção da Promotora de Justiça Ana Cinthia Lazary Serour (critério de antiguidade). Foi indicada, por unanimidade, a Dra. Ana Paula Baptista Villa, tendo o Presidente anunciado sua remoção; 3.2. **Promotoria de Justiça de Paraty**, em vaga decorrente da remoção do Promotor de Justiça Rafael Thomas Schinner (critério de merecimento). Por não ter havido inscrição de qualquer interessado, o Presidente anun-



ciou a ocorrência de claro definitivo, a ser preenchido por promoção; **3.3. 2ª Promotoria de Justiça junto à 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes**, em vaga decorrente da remoção do Promotor de Justiça Marco Antonio Santos Reis (critério de antiguidade). Por não ter havido inscrição de qualquer interessado, o Presidente anunciou a ocorrência de claro definitivo, a ser preenchido por promoção; **3.4. Promotoria de Justiça Criminal de São Fidélis**, em vaga decorrente da remoção do Promotor de Justiça Lucas Fernandes Bernardes (critério de merecimento). Por não ter havido inscrição de qualquer interessado, o Presidente em anunciou a ocorrência de claro definitivo, a ser preenchido por promoção; **3.5. 73ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.228, de 12 de julho de 2018 (critério de antiguidade). Foi indicada, por unanimidade, a Dra. Luciana Soares Rodrigues, tendo o Presidente anunciado sua remoção; **3.6. 74ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.228, de 12 de julho de 2018 (critério de antiguidade). Diante da remoção das duas únicas candidatas em itens anteriores, o Dr. Paulo Rabha de Mattos, promovido a Promotor de Justiça no item 2.3., postulou pessoalmente a sua remoção, conforme regra contida no edital. Realizada a votação, foi indicado, por unanimidade, o único candidato, Dr. Paulo Rabha de Mattos, tendo o Presidente anunciado sua remoção; **3.8. 76ª Promotoria de Justiça de Região Especial**, em vaga criada pela Resolução GPGJ nº 2.228, de 12 de julho de 2018 (critério de merecimento). Diante da remoção das duas únicas candidatas em itens anteriores, a Dra. Vanessa Cristina Gonçalves Gonzalez, promovida a Promotora de Justiça no item 2.2., postulou pessoalmente a sua remoção, conforme regra contida no edital. Realizada a votação, foi indicada, por unanimidade, a única candidata, Dra. Vanessa Cristina Gonçalves Gonzalez, tendo o Presidente anunciado sua remoção. Em seguida, o Presidente inverteu a ordem de exame das matérias constantes da pauta, em virtude da existência de tema a ser tratado no item **6. ASSUNTOS GERAIS:** O Conselheiro Marcelo Daltro Leite ressaltou a importância da apreciação do processo referente à Deliberação que regulamenta o Estágio Confirmatório dos Membros do Ministério Público, no qual funciona como relator, considerando a proximidade de suas férias. Diante disso, o Presidente sugeriu que a análise do mencionado procedimento seja realizada na primeira sessão do Colegiado após o retorno do relator, tendo obtido a anuência de todos. Na sequência, às treze horas e trinta minutos, o Procurador-Geral de Justiça pediu licença aos seus pares e passou a presidência dos trabalhos ao Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais, Dr. Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel, que anunciou o exame do item **4. ESTÁGIO CONFIRMATÓRIO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** **4.1. VITALICIAMENTO:** a. **Conselheira SUMAYA THEREZINHA HELAYEL:** **Processo nº 2017.00384925 - CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CRAAI RIO DE JANEIRO - PA S/N - Assunto(s):** CECON XXIV- PROPOSTA DE VITALICIAMENTO - DRA. GLÁUCIA RODRIGUES TORRES DE OLIVEIRA MELLO. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pelo vitaliciamento da Dra. Gláucia Rodrigues Torres e Oliveira Mello, nos termos do voto da relatora. A seguir, passou-se à apreciação do item **4.2. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO:** a. **Conselheiro MARCELO DALTRO LEITE:** **Processo nº 2017.00530335 - CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CRAAI RIO DE JANEIRO - PA S/N - Assunto(s):** CECON XXIV - ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO CONFIRMATÓRIO - DRA. CAROLINA MOTTA DA CUNHA GONÇALVES WIENSKOSKI. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pelo prosseguimento da supervisão, sem recomendações, nos termos do voto do relator. Na sequência, o Dr. Ricardo Ribeiro Martins, relator do Procedimento MPRJ nº 2015.01368611, consultou o Colegiado sobre a possibilidade de incluir o referido feito em mesa, considerando a urgência devido ao impacto na movimentação dos promotores de justiça no próximo mês, tendo obtido a anuência de todos. Anunciou-se, então, o julgamento do **Processo nº 2015.01368611** - Um volume principal e um apenso (nº 2017.00727457) - DIRETORIA DE SUPORTE AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - CRAAI RIO DE JANEIRO - PA - S/N - Assunto: PEDIDO DE AFASTAMENTO FORMULADO PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA ANDRÉ SANTOS NAVEGA, PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, SOB O TÍTULO "ACESSO À INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA", NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NO PERÍODO DE AGOSTO A OUTUBRO DE 2018. Iniciado o julgamento, o Relator esclareceu que o Promotor de Justiça, Dr. André dos Santos Navega, formulou pedido de reconsideração da decisão do Conselho Superior, proferida em 12 de julho de 2018, que indeferiu o seu pedido de afastamento, no período agosto a outubro de 2018, e apresentou, ainda, três pedidos alternativos, a saber: 1) o deferimento do afastamento a partir de novembro de 2018, quando então haveria vaga no percentual previsto no art. 9º, da Deliberação CSMF nº 66/17; 2) sejam subtraídos os dias de afastamento parcial já gozados para frequência às aulas, restando o saldo de 45 dias, para deferimento imediato; 3) caso seja mantido o indeferimento com base no parecer da movimentação, postula a suspensão do processo, a fim de que sua instrução possa ser aproveitada em momento oportuno. Iniciada a votação quanto ao pedido principal, o Relator votou pelo não conhecimento, por ausência de mudança fática da situação requerida, tendo sido acompanhado pelos Conselheiros Sumaya Therezinha Helayel, Marcelo Daltro Leite, Anna Maria Di Masi, Conceição Maria Tavares de Oliveira e Galdino Augusto Coelho Bordallo, bem como pela Corregedora-Geral, Dra. Luciana Sapha Silveira, e o Presidente em exercício, Dr. Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel. Em sentido contrário, votou o Conselheiro Dennis Aceti Brasil Ferreira, uma vez que a ausência de fato novo não prejudica o conhecimento do pedido de reconsideração de decisão, no que foi acompanhado pelo Dr. Cláudio Soares Lopes. O Presidente em exercício proclamou o resultado alcançado por maioria, no sentido do não conhecimento do pedido de reconsideração da decisão do Conselho Superior, proferida em 12 de julho de 2018, nos termos do voto do relator. Passou-se, então, à análise dos pedidos alternativos. Quanto ao primeiro e ao segundo pedidos, o Relator votou pela suspensão do julgamento, a fim de que a Coordenadoria de Movimentação dos Promotores de Justiça seja ouvida previamente, tendo sido acompanhado por todos os integrantes do Colegiado. O Presidente em exercício proclamou o resultado unânime, no sentido da suspensão do primeiro e do segundo pedido alternativo, com encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Movimentação dos Promotores de Justiça. Com relação ao terceiro pedido alternativo, o Relator votou pelo deferimento da suspensão do processo, a fim de que sua instrução possa ser aproveitada em momento oportuno, caso seja mantido o indeferimento com base no parecer da movimentação, tendo sido acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado. O Presidente em exercício proclamou o resultado unânime, no sentido do deferimento do terceiro pedido alternativo, a fim de que o processo seja suspenso, para eventual aproveitamento de sua instrução, caso seja mantido o indeferimento. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente em exercício anunciou a apreciação do item **5. PROCESSOS EM JULGAMENTO PARA RELATAR:** **5.1. Pleno: I - MANUTENÇÃO DA PROMOÇÃO DE INDEFERIMENTO DE PLANO DA REPRESENTAÇÃO, COM DESPROVIMENTO DO RECURSO E REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA OFICIANTE:** O Conselho decidiu, por unanimidade, pela manutenção da(s) promoção(ões) de indeferimento de plano da representação do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), deliberando pela devolução dos autos ao Promotor de Justiça oficiente, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es): **Conselheiro Cláudio Soares Lopes:** **Processo nº 2018.00505802 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO IDOSO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO NÚCLEO NITERÓI - CRAAI NITERÓI - REP S/N - Parte(s):** CLÁUDIO CARDOSO DOS SANTOS E BANCO BRADESCO S.A.; **Conselheira Lúcia Ramos Seroa:** **Processo nº 2017.01110599 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ITABORAÍ - CRAAI SÃO GONÇALO - PI S/N - Parte(s):** ALEXANDRE DA SILVA SANTOS; **Conselheira Anna Maria Di Masi:** **Processo nº 2018.00453611 - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - REP 457/18 - Parte(s):** GUILHERME FRANÇA SANTOS LIMA BARROS (ADV.: GUILHERME PEIXOTO MIGLIORA - OAB/RJ 206082) E CLARO S.A.; **Conselheiro Dennis Aceti Brasil Ferreira:** **Processo nº 2018.00064840 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - PI S/N - Parte(s):** ANTONIO PIRES FILHO; **Conselheira Conceição Maria Tavares de Oliveira:** **Processo nº 2015.00243770 - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - PI S/N - Parte(s):** GLENDA FERNANDES SANCHES. O Colegiado acolheu, por unanimidade, o pedido de desarquivamento dos autos formulado pela notificante como nova manifestação e a promoção do Promotor de Justiça, acostada à fl. 77, com o indeferimento de plano e decidiu pelo desprovitmo do recurso interposto e pela manutenção da promoção de indeferimento de plano da representação, nos termos do voto da relatora; **Processo nº 2018.00224150 - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO DUQUE DE CAXIAS - CRAAI DUQUE DE CAXIAS - PI S/N - Parte(s):** SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - NÚCLEO / DUQUE DE CAXIAS (ADV.: ADILAINE SILVA SOARES - OAB/RJ 169323), INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - IPMDC E MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS; **Processo nº 2018.00272024 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CAMPOS DOS GOYTACAZES:** **Processo nº 2018.00425621 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DO NÚCLEO NITERÓI - CRAAI NITERÓI - PI S/N - Parte(s):** RODRIGO ITABAIANA C. DE SOUZA (ADV.: RODRIGO ITABAIANA C. DE SOUZA OAB/RJ 101323) E MUNICÍPIO DE NITERÓI. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pelo desprovitmo do recurso interposto e pela manutenção da promoção de indeferimento de plano da representação, com base no Enunciado CSMF nº 21/08; **II - ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADO, COM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA OFICIANTE:** O Conselho deliberou não homologar a(s) promoção(ões) de arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), por unanimidade de votos, determinando a devolução dos autos à Promotoria de Justiça oficiente, para a realização de diligências, conforme o disposto no artigo 19, §1º, inciso I, da Resolução GPGJ nº 1.769/12, alterado pela Resolução GPGJ nº 2.046/16, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es): **Conselheiro Ricardo Ribeiro Martins:** **Processo nº 2018.000307912 - 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - REP S/N - Parte(s):** RODRIGO DA SILVA BITTENCOURT DOS SANTOS. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pelo provimento do recurso interposto e pela não homologação da promoção de arquivamento, com retorno dos autos à Promotoria de Justiça oficiente; **III - JULGAMENTO SUSPENSO:** **Conselheira Conceição Maria Tavares de Oliveira:** **Processo nº 2018.00078329 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - PI S/N - Parte(s):** PAULO DE SOUZA GERALDO. Dando continuidade ao julgamento, iniciado em 12 de julho de 2018, a Dra. Conceição Maria Tavares de Oliveira apresentou voto divergente, no sentido do desprovitmo do recurso e da manutenção da promoção de indeferimento de plano da representação, com base no Enunciado CSMF nº 18, e sugeriu o encaminhamento dos autos ao Centro de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo - CEMEAR, tendo sido acompanhada pela Conselheira Anna Maria Di Masi. O relator do feito, Dr. Galdino Augusto Coelho Bordallo, manteve o voto proferido anteriormente, no sentido do provimento do recurso e da não homologação da promoção de indeferimento de plano da representação, com retorno dos autos à Promotoria de Justiça oficiente, para realização das diligências elencadas no voto. Ato contínuo, o julgamento foi suspenso em virtude do pedido de vista formulado pelo Procurador de Justiça Marcelo Daltro Leite. Os Conselheiros Cláudio Soares Lopes, Ricardo Ribeiro Martins, Sumaya Therezinha Helayel, bem como a Corregedora-Geral do Ministério Público, Dra. Luciana Sapha Silveira, e o Presidente em exercício, Dr. Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel, decidiram aguardar o voto vista; **IV - RETIRADOS DE PAUTA:** Atendendo a solicitação do Conselheiro Relator, foram retirados de pauta os processos a seguir relacionados: **Conselheiro Marcelo Daltro Leite:** **Processo nº 2017.01247911 - DIRETORIA DE SUPORTE AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - CRAAI RIO DE JANEIRO - EA S/N - Assunto(s):** ENCAMINHA CÓPIA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO NOS AUTOS DO MPRJ Nº

2015.00775072. NOS TERMOS DO ART 6º, §2º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 179/17. **Processo nº 2017.01311214 - DIRETORIA DE SUPORTE AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - CRAAI RIO DE JANEIRO - EA S/N - Assunto(s):** ENCAMINHA CÓPIA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO NOS AUTOS DO MPRJ Nº 2016.00714125. NOS TERMOS DO ART 6º, §2º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 179/17. Na sequência, o Presidente em exercício, Dr. Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel, destacou a necessidade de prosseguir com a análise do Regimento Interno do Colegiado e sugeriu a realização de Reunião Administrativa no dia nove de agosto próximo, tendo obtido a anuência de todos. Ato contínuo, registrou que foi publicada, em treze de julho do ano corrente, a Resolução GPGJ nº 2.227/2018, que disciplina a atuação extrajudicial cível dos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Registrou, também, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade da Resolução CNMP nº 126/15, que disciplina a instauração e tramitação do inquérito civil, tendo sido conveniado que o tema deverá ser objeto de deliberação do Conselho Superior. Por fim, determinou a divisão do Colegiado em turmas para, em continuidade ao item 5. **PROCESSOS EM JULGAMENTO (PARA RELATAR)**, apreciar os procedimentos constantes do subitem 5.2 - 1ª Turma (Conselheiros Cláudio Soares Lopes, Marcelo Daltro Leite, Conceição Maria Tavares de Oliveira e Galdino Augusto Coelho Bordallo, bem como o Presidente em exercício, Dr. Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel) e do subitem 5.3 - 2ª Turma (Conselheiros Lúcia Ramos Seroa, na suplência da Dra. Sumaya Therezinha Helayel, Anna Maria Di Masi e Dennis Aceti Brasil Ferreira, bem como a Corregedora-Geral, Dra. Luciana Silveira Sapha e o Conselheiro eleito mais antigo na classe no exercício da presidência, Dr. Ricardo Ribeiro Martins): **I - ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:** O Conselho deliberou homologar a(s) promoção(ões) de arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), por unanimidade, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es): **1ª Turma: Conselheiro Cláudio Soares Lopes:** **Processo nº 2014.000553073 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO TRÊS RIOS - CRAAI PETROPÓLIS - IC 159/14 - Parte(s):** RENATO DA SILVA CUSTÓDIO; **Processo nº 2017.00682790 - Um volume principal e um anexo(s) (nº 2017.00000574) - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CORDEIRO - CRAAI NOVA FRIBURGO - IC 48/17 - Assunto(s):** INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE DUAS BARRAS; **Conselheiro Marcelo Daltro Leite:** **Processo nº 2015.00994207 - Dois volumes principais e um apenso(s) (nº 2017.00242892) - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS - CRAAI ANGRA DOS REIS - IC 131/15 - Parte(s):** LILIANE DA COSTA NASCIMENTO E POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pela homologação da promoção de arquivamento, determinando que a Diretoria de Suporte aos Órgãos Colegiados remeta cópia dos autos ao Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP, nos termos do voto do relator; **Processo nº 2016.00054434 - Dois volumes - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO VOLTA REDONDA - CRAAI VOLTA REDONDA - IC 11/16 - Assunto(s):** NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE REPASSE À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PELO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA DOS VALORES DESCONTADOS DOS SERVIDORES; A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO; **Processo nº 2016.01200625 - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDACÕES - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC 14/16 - Parte(s):** FUNDAÇÃO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ADV.: JAMES WALKER JUNIOR - OAB/RJ 79016; FERNANDO REIS DE CARVALHO PERES - OAB/RJ 171869 E OUTROS); **2ª Turma: Conselheiro Ricardo Ribeiro Martins:** **Processo nº 2005.00005776 - Três volumes - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CAMPOS DOS GOYTACAZES - CRAAI CAMPOS - IC 313/15 - Assunto(s):** APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PARALISAÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE UMA ESTRADA VICINAL, ENTRE A LOCALIDADE DE ESPINHO E O DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES; **Processo nº 2010.00339681 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CAMPOS DOS GOYTACAZES - CRAAI CAMPOS - IC 187/10 - Assunto(s):** APURAR IRREGULARIDADES NO USO DA VERBA PÚBLICA E NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, NOS EXERCÍCIOS DE 2007/2008, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES; **Processo nº 2015.00647571 - Três volumes principais e um anexo(s) - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA IGUAÇU - CRAAI NOVA IGUAÇU - IC 30/15 - Parte(s):** GEDEON IVALDO ANTUNES E UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. (ADV.: DANILO BOTELHO - OAB/RJ 122220 E LUCIANA DO NASCIMENTO LENTO MIGUEZ - OAB/RJ 154194); **Processo nº 2017.00204541 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO SANTO ANTONIO DE PÁDUA - CRAAI ITAPERUNA - IC 17/17 - Parte(s):** CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (ADV.: FERNANDO MOREIRA SANTOS OAB/RJ 100081) E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - ESAC. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pela homologação da promoção de arquivamento, determinando que a Diretoria de Suporte aos Órgãos Colegiados remeta cópia de fls. 03/15 à Promotoria de Justiça com atribuição na seara penal e ao setor de Denúncia Tributária da Secretaria Estadual de Fazenda, bem como de fls. 03/15 e 41/42 à Promotoria de Justiça com atribuição na seara da improbidade administrativa, nos termos do voto do relator; **Conselheira Lúcia Ramos Seroa:** **Processo nº 2013.01118787 - Dois volumes principais, um anexo(s) e um apenso(s) (nº 2014.01283338) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO BARRA DO PIRAI - CRAAI BARRA DO PIRAI - IC 187/13 - Assunto(s):** NOTÍCIA DE PRÁTICA DE IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA GUARDA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI PRATICADAS POR SEU COMANDANTE; **Processo nº 2017.01114499 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDACÕES - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC 09/17 - Parte(s):** FUNDAÇÃO YEDDA E AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT (ADV.: PEDRO CARPENTER GENESCA - OAB/RJ 121340); **Conselheira Anna Maria Di Masi:** **Processo nº 2011.00786067 - Três volumes principais, dois anexo(s) e quatro apenso(s) (nº 2016.00922656, nº 2016.00720873, nº 2016.00444514 e nº 2014.007111185) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS - CRAAI ANGRA DOS REIS - IC 74/11 - Parte(s):** VIAGÃO SENHOR DO BONFIM LTDA. (ADV.: ANE PRISCILA TRASPADINI DA SILVA - OAB/RJ 128276) E MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS; **Processo nº 2016.00849846 - Dois volumes - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDACÕES - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC 08/16 - Parte(s):** FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA REGIÃO DOS LAGOS; **Conselheiro Dennis Aceti Brasil Ferreira:** **Processo nº 2016.00234932 - 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC S/N - Parte(s):** ELISABETH AMELIA COUTINHO. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pela homologação da promoção de arquivamento, determinando que a Diretoria de Suporte aos Órgãos Colegiados remeta cópia dos autos à 1ª Central de Inquéritos, nos termos do voto do relator; **Processo nº 2016.01214691 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO RESENDE - CRAAI VOLTA REDONDA - IC 125/16 - Assunto(s):** APURAR POSSÍVEL OMISSÃO DO PREFEITO DE PORTO REAL NA EDIÇÃO DE ATO NORMATIVO REGULAMENTADOR DA LEI NACIONAL Nº 12.848/13; **II - HOMOLOGADOS, COM BASE NO ENUNCIADO CSMF Nº 12/2007:** O Conselho deliberou, por unanimidade, homologar a(s) promoção(ões) de arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), com base no Enunciado nº 12/07 deste Colegiado, tendo em vista que, no curso da investigação, ficaram comprovadas a prescrição da ação, regulada pelo artigo 23, incisos I e II da Lei Federal nº 8.429/92, e a ausência de danos ao erário, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es); **1ª Turma: Conselheiro Cláudio Soares Lopes:** **Processo nº 2011.00436962 - Quatro volumes - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MACAÉ - CRAAI MACAÉ - IC 183/12 - Assunto(s):** APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA APRESENTAÇÃO DE SHOWS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ, NO ANO DE 2007, HAVENDO INDÍCIOS DE SUPERFATURAMENTO DOS VALORES PAGOS PELAS APRESENTAÇÕES; **Conselheiro Marcelo Daltro Leite:** **Processo nº 2004.00001212 - Três volumes principais, dois anexo(s) e um apenso(s) (nº 2005.00002084) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO BARRA DO PIRAI - CRAAI BARRA DO PIRAI - IC 84/04 - Parte(s):** MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, ALESSANDRA DE CÁSSIA BARROS E OUTROS; **2ª Turma: Conselheira Lúcia Ramos Seroa:** **Processo nº 2007.00154526 - Cinco volumes principais, cinco anexo(s) e dois apenso(s) (nº 2017.00310274 e nº 2013.00989527) - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO DO NÚCLEO DUQUE DE CAXIAS - CRAAI DUQUE DE CAXIAS - IC 1868/07 - Assunto(s):** VERIFICAR A REGULARIDADE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF, NO ANO DE 2005; **Conselheira Anna Maria Di Masi:** **Processo nº 2009.00169619 - Três volumes principais e um anexo(s) - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA IGUAÇU - CRAAI NOVA IGUAÇU - IC 15/09 - Parte(s):** ALEXANDRE LUIS BELCHIOR DOS SANTOS E MUNICÍPIO DE QUEIMADOS; **Processo nº 2015.00155948 - Dois volumes - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO SANTO ANTONIO DE PÁDUA - CRAAI ITAPERUNA - IC 24/15 - Parte(s):** MACOL MADEIRAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., LUCIANA CORRÊA PADILHA (ADV.: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB/RJ 162656), MAURICIO MENESES BORGES (ADV.: AGOSTINHO CORDEIRO ECCARD - OAB/RJ 84691) E MUNICÍPIO SANTO ANTONIO DE PÁDUA. O Colegiado deliberou, por unanimidade, pela homologação da promoção de arquivamento, com base nos Enunciados CSMF nº 12/07 e 21/08; **III - HOMOLOGADO, COM BASE NO ENUNCIADO CSMF Nº 16/2007:** O Conselho deliberou, por unanimidade, homologar a(s) promoção(ões) de arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), com base no Enunciado nº 16/07 deste Colegiado, tendo em vista que, no curso da investigação, foi celebrado termo de ajustamento de conduta com o investigado para cumprimento da legislação específica, para prevenir, cessar, reparar e/ou compensar os danos causados, tornando desnecessário o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es); **1ª Turma: Conselheiro Marcelo Daltro Leite:** **Processo nº 2004.00001207 - Nove volumes principais, dois anexo(s) e nove apenso(s) (nº 2014.00107863, nº 2014.00097618, nº 2014.00097615, nº 2014.00097593, nº 2014.00097589, nº 2014.00097579, nº 2013.00379720, nº 2014.00080611 e nº 2012.01429711) - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO BARRA DO PIRAI - CRAAI BARRA DO PIRAI - IC 74/04 - Parte(s):** COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DO AR DE PINHEIRAL E REGINAIVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AVES LTDA. (ADV.: MICHEL ASSEFF FILHO - OAB/RJ 99981); **IV - HOMOLOGADOS, COM BASE NO ENUNCIADO CSMF Nº 18/2007:** O Conselho deliberou, por unanimidade, homologar a(s) promoção(ões) de arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), com base no Enunciado nº 18/07 deste Colegiado, tendo em vista que, no curso da investigação, após esgotadas todas as diligências, ficou comprovado o ajuizamento de ação civil pública, de ação popular, de ação de improbidade ou de outra medida judicial pelo Ministério Público ou por terceiros legitimados, cujo pedido contemple o objeto da portaria de instauração, por perda do interesse procedimental, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es); **2ª Turma: Conselheiro Ricardo Ribeiro Martins:** **Processo nº 2014.00400385 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MACAÉ - CRAAI MACAÉ - IC 07/15 - Parte(s):** ALUISSIO DOS SANTOS JUNIOR E SÉRGIO TARGUETA BARCELOS; **Conselheira Lúcia Ramos Seroa:** **Processo nº 2010.00611880 - Dois volumes principais, um anexo(s) e dois apenso(s) (nº 2009.00333445 e nº 2010.00473539) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MACAÉ - CRAAI MACAÉ - IC 200/10 - Assunto(s):** APURAR IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA OCUPAREM CARGOS PÚBLICOS NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, DESENVOLVIDO PELO MUNICÍPIO DE CASIMIRO; **V - HOMOLOGADOS, COM BASE NO ENUNCIADO CSMF Nº 21/2008:** O Conselho deliberou, por unanimidade, homologar a(s) promoção(ões) de arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), com base no Enunciado nº 21/08 deste Colegiado, tendo em vista que, no curso da investigação, ficou comprovada a insuficiência de provas da prática de atos de improbidade tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 8.429/92 e da ausência de danos ao erário, nos termos do(s) voto(s) do(s) Relator(es); **1ª Turma: Conselheiro Cláudio Soares Lopes:** **Processo nº 2010.00473572 - Um volume principal e dezesseis anexo(s) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MACAÉ - CRAAI MACAÉ**

- IC 128/10 - Assunto(s): APURAR IRREGULARIDADES CONSUBSTANCIADAS NO RECEBIMENTO DE ALIMENTOS DE QUALIDADE INFERIOR AO QUE FORA LICITADO NO PREGÃO Nº 02/2009, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU; **Processo nº 2013.00266715 - Dois volumes - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO TRÊS RIOS - CRAAI PETROPÓLIS - IC 97/13 - Assunto(s):** APURAR NOTÍCIA DE NEPOTISMO CRUZADO NO MUNICÍPIO DE CARMO, RJ; **Processo nº 2014.00239243 - Cinco volumes - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CAMPOS DOS GOYTACAZES - CRAAI CAMPOS - IC 88/14 - Assunto(s):** ACOMPANHAR A FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE POR ENTIDADES PRIVADAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA; **Processo nº 2016.00685310 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO DO NÚCLEO SÃO GONÇALO - CRAAI SÃO GONÇALO - IC 07/17 - Parte(s):** RONALDO DA SILVA E UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UMEI/MARIA JOSÉ MANSUR BARBOSA; **Processo nº 2016.00712392 - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MACAÉ - CRAAI MACAÉ - IC 140/16 - Parte(s):** JURACY DA CRUZ VICENTE E DANIEL VICENTE; **Processo nº 2017.00437461 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITAPERUNA - CRAAI ITAPERUNA - IC 96/17 - Parte(s):** LETÍCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA E MUNICÍPIO DE ITAPERUNA; **Processo nº 2018.00102612 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO VASSOURAS - CRAAI BARRA DO PIRAI - IC 15/18 - Parte(s):** FÁBIO COELHO RODRIGUES; **Conselheiro Marcelo Daltro Leite:** **Processo nº 2003.00000574 - Sete volumes - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO PETRÓPOLIS - CRAAI PETRÓPOLIS - IC 484/03 - Assunto(s):** APURAR INDÍCIOS DE MALVERSACÃO DE VERBAS ORÇUNADAS DO FUNDEF - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL; **Processo nº 2012.01105224 - Um volume principal e dois apenso(s) (nº 2013.00406889 e nº 2013.00967048) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO TERESÓPOLIS - CRAAI TERESÓPOLIS - IC 76/12 - Parte(s):** ANDERSON DA CONCEIÇÃO SILVA; **Processo nº 2012.01482418 - Três volumes principais e dois anexo(s) - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC S/N - Parte(s):** PLAN PRODUÇÕES LTDA. (ADV.: RAMON ECARD DE MELO - OAB/RJ 197838), PRODUIZIR PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. (ADV.: MARCELLE FÁTIMA DE OLIVEIRA - OAB/RJ 198373), GEGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. E MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO; **Processo nº 2012.01592414 - Dois volumes - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO DUQUE DE CAXIAS - CRAAI DUQUE DE CAXIAS - IC 3601/12 - Parte(s):** CLÁUDIA DE ABREU BRANDÃO, DAYNA BRANDÃO SANTOS E THIAGO MARQUES BARBOSA; **Processo nº 2013.01378322 - Dois volumes principais, dois anexo(s) e um apenso(s) (nº 2015.00483567) - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO BARRA DO PIRAI - CRAAI BARRA DO PIRAI - IC 08/14 - Parte(s):** MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI E METALÚRGICA VALENÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.; **Processo nº 2014.01179689 - Três volumes - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CAMPOS DOS GOYTACAZES - CRAAI CAMPOS - IC 298/14 - Parte(s):** A. AZEVEDO ALVARENGA DANCETERIA ME - PLAYMAN E STOP MOTEL LTDA. - STOP MOTEL; **Processo nº 2014.01360335 - Dois volumes principais e um anexo(s) - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ARARUAMA - CRAAI CABO FRIO - IC 127/14 - Parte(s):** NEW SOM ESTRUTURAS E SONORIZAÇÃO LTDA. E MUNICÍPIO DE ARARUAMA; **Processo nº 2016.00287938 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS - CRAAI ANGRA DOS REIS - IC 07/17 - Parte(s):** MUNICÍPIO DE PARATY E MARQUINHOS MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA.; **Processo nº 2017.00338508 - Dois volumes - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC S/N - Parte(s):** COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU; **Processo nº 2017.00340109 - Dois volumes principais e cinco anexo(s) - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL - CRAAI RIO DE JANEIRO - IC S/N - Parte(s):** SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE INFORMÁTICA, INTERNET E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ADV.: LUIZ FERNANDO NEVES DE OLIVEIRA - OAB/RJ 197507), ITECH MANHINDRA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. (ADV.: PATRICIA FONTOURA FARIA - OAB/RJ 166560) E PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (ADV.: EDUARDO VALIANTE DE REZENDE - OAB/RJ 114485); **Processo nº 2017.00409295 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITAPERUNA - CRAAI ITAPERUNA - IC 32/17 - Assunto(s):** APURAR O DESCUMPRIMENTO DA LEI 12.527/11 E LC 101/2000 PELO PREFEITO MUNICIPAL DE CARDOSO MOREIRA, CARACTERIZANDO POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; **Processo nº 2017.01134943 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA IGUAÇU - CRAAI NOVA IGUAÇU - IC 71/17 - Parte(s):** MUNICÍPIO DE NILOPOLIS E RODRIGO CARDOSO RAMOS; **Processo nº 2017.01180305 - 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA IGUAÇU - CRAAI NOVA IGUAÇU - IC 73/17 - Parte(s):** VARANDÃO FORTY NINE; **Processo nº 2018.00243827 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA SAÚDE DA REGIÃO METROPOLITANA II - CRAAI SÃO GONÇALO - PP 09/18 - Parte(s):** ERICK NAVARRO CARVALHO DIAS; **Conselheira Conceição Maria Tavares de Oliveira:** **Processo nº 2017.00669244 - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITAPERUNA - CRAAI ITAPERUNA - IC 124/17 - Assunto(s):** APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES REFERENTES AO DESRESPEITO À REGRA GERAL DO CONCURSO PÚBLICO E A CONTRATAÇÃO DE COMISSIONADOS PARA EXERCERER FUNÇÕES TÍPICAS DO SUPLENTE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE LAJE DO MURIAE/RJ; **Processo nº 2011.0151161 - Dois volumes - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MACAÉ - CRAAI MACAÉ - IC 94/12 - Parte(s):** SINDICATO DOS PROFISSIONAIS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE QUISSAMA E MUNICÍPIO DE QUISSAMA; **Processo nº 2015.00464989 - Dois volumes principais, dois anexo(s) e dois apenso(s) (nº 2015.00701527 e nº 2015.00515568) - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO MAGÉ - CRAAI DUQUE DE CAXIAS - IC 114/12 - Parte(s):** CARLOS FREDERICO RODRIGUES DE ALMEIDA, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS E MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM; **Processo nº 2017.00947934 - Um volume principal e quatro anexo(s) - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITAPERUNA - CRAAI ITAPERUNA - IC 141/17 - Parte(s):** CLÁUDIO PAULANTI; **Processo nº 2017.01035890 - Dois volumes - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO CAMPOS DOS GOYTACAZES - CRAAI CAMPOS - IC 175/17 - Parte(s):** MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E OITIMEK ENGENHARIA E MANUTENÇÃO EIRELI; **Processo nº 2017.01298361 - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO VOLTA REDONDA - CRAAI VOLTA REDONDA - IC 33/18 - Assunto(s):** NOTÍCIA DE POSSÍVEL NÃO OBSERVAÇÃO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA, DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO JANEIRO QUE DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL 5.165, ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE GRÁFAS NAS ESC



